

LORENA FÉRES DA SILVA TELLES



Teresa Benguela e Felipa Crioula Estavam Grávidas

Maternidade e Escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)



EDITORA
UNIFESP

Ao tratar de um tema lacunar na historiografia social das mulheres no Brasil, o estudo de Lorena Féres da Silva Telles recupera o lugar das mulheres escravizadas, africanas e crioulas, na sociedade do Rio de Janeiro, a maior cidade escravista do Ocidente no século XIX. A partir das situações particulares vividas por elas como cativas, em sua vida sexual, durante a gravidez, nos momentos do parto, nas fases de amamentação, o texto documenta o dia a dia do trabalho e das relações sociais que mantinham, servindo as casas senhoriais às quais pertenciam ou para as quais estavam alugadas, ou as ocasiões em que, grávidas, eram anunciadas para venda ou denunciadas por suas fugas.

Por meio de uma criteriosa pesquisa em fontes históricas diversas e de um acentuado diálogo com a produção internacional, a obra traz à tona uma das faces mais cruéis do sistema escravista que vigorou durante séculos no país. Mais do que instigante, é um livro imprescindível; a cada página e a cada caso descrito evidencia-se aquilo que de certa forma se intui, mas sobre o que se convencionou silenciar: que a escravidão, articulada a valores patriarcais, misóginos e racistas, multiplica a exploração das mulheres, objetifica ainda mais a condição feminina, exacerba o senso de poder masculino e, principalmente, naturaliza crimes hediondos e os torna impunes – o estupro, a violência doméstica, os castigos físicos e os homicídios deles decorrentes. Além disso, o estudo faz transparecer o descaso de largos estratos da sociedade diante do sofrimento de corpos fragilizados pelas condições pouco favoráveis da maternidade cativa e dos partos e pela perda dos filhos nascidos nessas circunstâncias.

Mas, com o mesmo comprometimento ético e sensibilidade com que denuncia esse cenário, a historiadora devolve agência às personagens cativas, nomeando-as e registrando seu protagonismo diante do que lhes era imposto pela escravização. Resignificados como luta e resistência, rituais ligados à maternidade, denominações singulares para designar os ciclos físicos, memórias dos tempos outros, abortos, afetos e fugas conformam os enredos africano e ladino das experiências femininas diante da exploração tida como absoluta.

CRISTINA WISSENBACH
Universidade de São Paulo

LORENA FÉRES DA SILVA TELLES é pós-doutoranda no Departamento de História da Unicamp, doutora e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Suas pesquisas e publicações abordam a história das mulheres negras, africanas e descendentes, relações de gênero, gravidez, parto, amamentação, maternidade e medicina na escravidão durante o século XIX e trabalho doméstico em São Paulo no pós-abolição. É autora do livro *Libertas entre Sobrados: Mulheres Negras e Trabalho Doméstico em São Paulo 1880-1910* (Alameda, 2013).

Teresa Benguela e Felipa Crioula Estavam Grávidas

© 2022 by Editora Unifesp



Universidade Federal de São Paulo

Reitor
Vice-reitora

Nelson Sass
Raiane Patrícia Severino Assumpção



Editora Unifesp

Diretora
Conselho Editorial

Cynthia Andersen Sarti
Cynthia Andersen Sarti (presidente)
André Medina Carone
Bruno Feitler
Esther Solano
Francisco Foot Hardman
Gabriel Cohn
José Castilho Marques Neto
Letícia Squeff
Mauro Aquiles La Scalea
Paulo Schor
Valéria Petri



Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo

Diretora Presidente
Conselho de Administração
Superintendente de Publicações

Maria José da Silva Fernandes
Flávio Tayra
José Leovigildo de Melo Coelho Filho
Cynthia Andersen Sarti

Teresa Benguela e Felipa Crioula Estavam Grávidas:

Maternidade e Escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)

Lorena Féres da Silva Telles



EDITORA
UNIFESP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Telles, Lorena Féres da Silva.

Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888) / Lorena Féres da Silva Telles. - São Paulo : Editora Unifesp, 2022.

368 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5632-127-1

I. Mulheres negras – Séc. XIX – Rio de Janeiro (RJ). 2. Mulheres negras – Condições sociais. 3. Maternidade. 4. Escravidão – Séc. XIX – Rio de Janeiro (RJ). I. Título.

CDD 305.489608I

Elaborado por Cristiane de Melo Shirayama – CRB 8/7610

Apoio: Fapesp

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

Editora associada à  Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Direitos em língua portuguesa reservados à

EDITORA UNIFESP

Universidade Federal de São Paulo

Rua Sena Madureira, 1500 – 5º andar

Vila Clementino – São Paulo – SP – 04021-001

(11) 5576-4848 ramal 8393

www.editoraunifesp.com.br



@EditoraUnifesp



@EditoraUnifesp



@editoraunifesp

Impresso no Brasil 2022

Foi feito o depósito legal

A Olgária, minha mãe, carinho e amor generoso

© 2022 by Editora Unifesp

© 2022 by Editora Unifesp

Sumário

Prefácio	9
Introdução	13
1. Mulheres Negras e Maternidade na Escravidão	31
Corpo, Reprodução e Violência Sexual: Perspectivas Atlânticas	34
Gravidez, Abortos, Partos e Criação de Filhos: Caribe e Estados Unidos	39
Famílias Escravas, Maternidade e Amas de Leite na Historiografia Brasileira	48
Africanas e Crioulas na Escravidão Urbana: Rio de Janeiro, Século XIX	54
2. Africanas e Crioulas Grávidas na Cidade	77
Grávida de Quem? Relações Afetivas, Autonomia Sexual e Estupro na Escravidão	78
Jovens Mucamas: Violência Sexual e Gravidez no Mundo Doméstico Escravista	90
“O Motivo da Venda É por Se Achar Grávida”: Instabilidades e Separações	95
Gestantes na Cidade em Perspectiva: Mulheres Escravizadas nas Fazendas Cafeeiras do Sudeste	99
Trabalho e Cotidiano: Lavadeiras, Quitadeiras e Todos os Serviços Domésticos	109
“Se Castiga Barbaramente uma Parda Grávida”: Violência Doméstica Senhorial	115
Abortos e Fugas	119
3. Dando à Luz na Casa Senhorial: Entre Comadres, Parteiras e Senhoras	133
Comadre de Quem? Mulheres Escravizadas e o Cenário da Assistência ao Parto	136

Intervenções e Violências Senhoriais no Parto	145
Parteiras Africanas, Francesas, Portuguesas e Descendentes: As Práticas e os Contextos	147
Entre Lençóis e Sopros na Garrafa: As Comadres Portuguesas e Brasileiras Brancas	149
Manejos, Mau-olhado e Ladainhas: Parteiras Negras, Africanas e Descendentes	156
Resguardo Puerperal e Retorno ao Trabalho	166
A Medida de Seus Desejos...	168
4. Partos Difíceis e Violência Obstétrica: Entre Médicos e Estudantes	181
Médicos na Casa Senhorial: Fórceps e Mortes de Recém-nascidos	185
Nas Casas de Saúde: Racismo Científico, Exames Invasivos e Maus Pressentimentos	201
Maternidade Municipal: Entre Médicos e Estudantes Inexperientes	208
Violência Obstétrica: Santa Casa de Misericórdia e Enfermaria para Ensino Prático	214
5. Mãe e Ama de Leite: Os Desafios da Maternidade na Cidade Escravista	229
Mãe Escrava, Nutriz de Aluguel	231
“As Crianças Apenas Nascidas São Imediatamente Levadas para a Roda”	243
Lamentos e Vinganças	256
Mãe e Ama de Leite na Casa Senhorial: Entre Seu Bebê Negro e o Branco	262
“Se Algumas Vezes Ela o Pode Amamentar é às Carreiras, às Ocultas”	270
A “Mãe Preta” dos Brancos, Escravidão e as Fronteiras do Afeto	273
6. Criando os Seus	277
“A Grande Mortalidade dos Crioulinhos”	279
Funerais e Amuletos	288
Com Seus Bebês às Costas: Amamentação, Trabalho e Cotidiano	296
Infortúnios: Venda, Infanticídio e Ameaças Senhoriais	313
Criação Compartilhada: Comadres, Parentes e Famílias	323
“E Levou uma Filha de Idade de Dois Anos de Nome Joana”: Planos e Fugas	328
Considerações Finais	333
Lista de Figuras e Créditos das Imagens	337
Lista de Tabelas	339
Fontes	341
Referências Bibliográficas	351

Prefácio

No tempo em que Teresa Benguela e Felipa Crioula, junto com milhares de outras mulheres africanas e suas descendentes escravizadas, palmilharam ruas, becos e praias da cidade do Rio de Janeiro, prevalecia a máxima do *partus sequitur ventrem*, definindo que a propriedade de seus corpos e ventres cabia a um senhor ou senhora qualquer que as tivesse adquirido no florescente mercado escravista da cidade. Em nenhum lugar, por certo, se podia encontrar uma lei que estabelecesse, com toda certeza e clareza, que para os/as africanos/as vigorava uma compreensão totalmente contrária aos princípios da sociedade patriarcal ibérica e brasileira. Nesta, filhos/filhas seguiam o *status* e a condição paterna, carecendo, mesmo os filhos do sexo masculino, de representatividade jurídica enquanto se mantivessem como “filhos-família”, isto é, solteiros. Já às mulheres, a condição de nulidade jurídica se perpetuava por toda a vida, sendo obrigatória a presença de um pai, marido ou tutor para o exercício de pátrio poder e/ou administração de bens. Pátrio poder – termo que já explicita a inexistência do poder materno na guarda da prole.

Em direção oposta, o princípio do ventre, tido como imutável e imemorial, estabelecia as bases da escravidão: a de que a prole de ventre escravo nascia escravizada, garantindo a continuidade da escravidão. Ora, estabelecendo o ventre como *locus* do cativo, os ibéricos desde muito precocemente afiançaram a perpetuidade do *status* cativo, transformando Teresas e Felipas em mulheres duplamente escravizadas. Como trabalhadoras sob regime de compulsão em uma cidade totalmente dependente do labor dos escravizados como foi a do Rio de Janeiro ao longo de quase todo o século XIX, estas mulheres executaram prati-

camente todo o pesado serviço doméstico das casas ricas, remediadas e mesmo pobres da cidade. Lavaram roupas nos tanques, rios e córregos disponíveis, ensaboando-as com folhas saponáceas e muito muque, carregaram água em potes equilibrados na cabeça, foram às compras nas ruas da cidade, acenderam o lume dos fogões ao amanhecer do dia para cozinhar as refeições das famílias citadinas, limpavam latrinas, assim como arearam pesadas panelas e finas louçarias. Ziguezaguearam por becos, ruas e praças vendendo iguarias, água e qualquer outra coisa passível de ser comercializada, abastecendo passantes e dessedentando os viajantes e andarilhos; teceram, costuraram e bordaram as vestimentas, se desincumbindo de mil afazeres, isto quando não figuravam nos jornais para serem vendidas, trocadas ou alugadas, muitas grávidas e carregadas de filhos pequenos, para qualquer um que se dispusesse a pagar algum dinheiro por seus corpos e trabalhos.

Para além disso, as Teresas e Felipas atravessaram todas as desventuras da vida sob escravidão, da menarca à menopausa, como corpos e ventres que proviam a continuidade da escravidão, mesmo quando o tráfico abastecia de maneira certa e preços módicos o mercado urbano. Em diferentes rincões do continente africano ou nas Américas, estas mulheres garantiram a produção de seres para o cativo. No Rio de Janeiro, ora prenhes, concebendo, contando luas, observando o crescimento do ventre e parindo em casa alheia, sem a segurança de acolhimento que só os seus poderiam prover; ora amamentando seus rebentos ou de outrem, ora ainda enterrando seus bebês que morriam aos montes devido ao mal de sete dias, à ausência de leite materno, à desnutrição ou à alimentação inadequada, as africanas e suas descendentes conheceram a maternidade em seu pior cenário. Ainda assim, e dentro do possível, cultivaram a chama acesa do cuidado, mantiveram hábitos, costumes, procedimentos e mandingas que proporcionassem à criança a boa sorte da sobrevivência física e emocional.

Ao longo do século XIX o Rio de Janeiro, corte imperial, emergiu como epicentro de produção de discursos modernizantes e aburguesados, que proporcionaram uma tênue camada civilizatória a uma cidade cheia de pestilências e palco de uma das mais persistentes escravidões urbanas do Novo Mundo. Discursos médicos e sanitários se fizeram ouvir com cada vez mais força. O saber dos doutores sobre corpos femininos, gravidezes, partos, amamentação e criação de filhos, que se arvorara como voz de uma ciência moderna – mas se mantinha refém de conhecimentos limitados e crenças raciais –, recaiu de maneira drástica na vida das mais vulneráveis das mulheres da cidade, as cativas trabalhadoras, tomando seus corpos como território de experimentação e produção de literatura de casos clínicos, cujos resultados práticos pouco importava.

À medida que o século caminhava e a sociedade brasileira engatinhava de maneira claudicante em direção à flexibilização e superação da escravidão, meninas e mulheres, primíparas ou de gestações múltiplas ou tardias, enfrentaram ainda maiores desafios; as leis de melhoramento da escravidão, principalmente a do Ventre Livre, aprofundaram, na cidade, o desprezo senhorial pela sobrevivência da prole da escrava. A expansão tardia do mercado de aleitamento mercenário tornou a cativa recém-parida sem a cria um bem de valor monetário considerável, dificultando a manutenção dos ingênuos junto à mãe. Mães cativas viveram em constante luto, tanto de filhos vivos como mortos, como bem chamou atenção a historiadora Sasha Turner.

No tortuoso processo de escrita da nossa história da escravidão, mulheres e homens foram denominados de escravos, e pouco se enfocou a condição da mulher cativa, mesmo quando pesquisas originais sublinharam a preponderância das escravizadas no contexto urbano, apontando suas particularidades, lutas e desafios. Ainda assim, com honrosas exceções, a constatação do lugar estratégico ocupado pelo gênero – e pela maternidade – foi negligenciada. Noutra ponta, a história da ciência médica no Brasil, tal qual a de outras desenvolvidas em contexto de escravidão, manteve-se focada no discurso dos doutores como produtor da realidade e da verdade, sem atentar para a necessidade da construção de uma exegese do saber médico, assunto já muito decantado por teóricos consagrados. Tal ponto de vista desconsiderou a conexão profunda da medicina com a escravidão. A experiência historiográfica predominante gerou, assim, a invisibilidade da mulher escrava.

Isto até o surgimento de uma geração de historiadoras criativas, ousadas e feministas, da qual Lorena Telles faz parte. Esta jovem estudiosa não retrocedeu diante do desafio de desvendar o arquivo da escravidão, lendo em uma variedade incrível de fontes documentais, em suas entrelinhas, meias palavras e meias verdades, o outro lado da moeda; a experiência de jovens, quase meninas, e de mulheres mais experientes, que atravessaram suas gravidezes como escravas domésticas de portas adentro ou como trabalhadoras de portas fora. Produzindo uma pesquisa impecável, cujo material foi analisado, tabulado e contextualizado em ampla bibliografia nacional e internacional, Lorena Telles foi além. Mergulhou com sensibilidade nas agruras de vidas concretas, encontrando meninas estupradas com medo da gravidez e do parto, mulheres grávidas espancadas, partos violentos realizados por comadres, por parteiras francesas formadas e por médicos inexperientes, que utilizaram fórceps de tamanho descomunal e técnicas pouco acuradas naquelas que a vulnerabilidade e a falta de autonomia tornavam cobaias de técnicas experimentais.

Assunto difícil, a análise da maternidade vivida na escravidão do Rio de Janeiro do século XIX exigiu mais do que pesquisa, método e técnica. Foi com as vísceras que Lorena Telles escreveu este livro comovente, no qual Teresas e Felipas puderam contar seus tormentos e, também, suas vitórias. Fugindo com barrigas enormes, carregaram um cestinho contendo as roupas do bebê que ia chegar, e foram se esconder em casas de comadres e em zungus, onde puderam parir longe da intromissão senhorial ou dos doutores; deram à luz como achavam que deviam e deixaram o fruto de seus ventres com os seus, salvando-os da Roda dos Expostos ou dos maus-tratos senhoriais. Embora as mais atormentadas tenham chegado a dar cabo de si e de seus bebês para pôr fim aos suplícios que sofriam juntamente com seus filhos e filhas mais crescidos.

O livro que se segue merece ser lido pelo historiador de profissão e por todos aqueles que desejam desvendar o nosso arquivo da escravidão, que se mantém ainda quase mudo com relação à experiência das mulheres escravizadas. Fruto de uma tese de doutorado já premiada como “Melhor Tese em Ciências Sociais do ano de 2019” pela Latin American Studies Association (LASA), Seção Brasil, e “Melhor Tese do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo”, edição 2019, neste livro, Teresa Benguela e Felipa Crioula se fazem ouvir, passeiam por suas páginas com suas enormes barrigas, carregando nas costas filhos/as pequenos/as, tabuleiros, potes e uma enorme resiliência. Se numerosas sucumbiram às adversidades, outras as venceram; deixando um legado de cuidado, amor e dedicação aos seus.

Maria Helena Pereira Toledo Machado

Professora titular
Departamento de História
Universidade de São Paulo
Jandira, Quarentena, 2020

Introdução

Em 20 de novembro de 1867, o jornal *O Correio Mercantil* anunciou o edital de praça dos bens da finada Mariana Clementina de Paiva Leite. Na rua de São Cristóvão, entre 8 e 10 horas da manhã do dia seguinte, o destino de Eva seria colocado no mercado. Aos 36 anos, a mulher grávida ia a leilão: ela era arrolada entre os bens de sua senhora que faleceu aos 66 anos, sem deixar testamento nem herdeiros. Naquela manhã, a mulher crioula seria exposta aos olhares e às apalpadelas de senhores e traficantes. Esta, porém, não era a razão maior de suas angústias. Francisco, de 3 anos e meio, Adão, de 11 anos, e Eva, de 14, batizada com o nome da mãe, iam a leilão dois anos antes da promulgação da Lei de 1869, que determinaria a venda conjunta de mães e pais escravizados e filhos menores de 15 anos, e o fim dos leilões públicos. A cena terrível da família exposta à venda em separado incluía Deolinda: a mulher de 56 anos, crioula, era possivelmente mãe de Eva e avó das crianças.

A morte de Mariana Clementina veio ameaçar os laços da família negra e crioula na cidade e suas possíveis três gerações: avó, mãe e filhos constituíam a quase totalidade dos bens da falecida, que deixava alguns móveis, roupas e louças. Quais teriam sido os destinos de Eva, de sua mãe e de seus filhos em 1867, onze anos depois dos últimos registros de desembarques de africanas e africanos? A família composta pela mulher grávida, por uma criança pequena, por um menino de 11 e uma de 14, teria sido arrematada por algum fazendeiro de café, que à época avançava sobre a população cativa das cidades e de outras províncias? Quais os destinos possíveis de Deolinda, escravizada, com seus 56 anos? Eva, nascida em 1831, teria sido sua única filha? Como teriam ambas vivido suas gestações e seus

partos? Quais os embates enfrentados com sua senhora, diante de suas demandas do trabalho doméstico, do aluguel e do ganho de rua, e das possibilidades de amamentarem e cuidarem de seus bebês e crianças pequenas nos diferentes cenários? Quem eram os pais de seus filhos? O que encontrariam à frente? Essas são algumas das questões às quais este livro se dedica.

Aspecto pouco explorado nos estudos brasileiros da escravidão e ausente nas histórias da cidade do Rio de Janeiro, as mulheres africanas e crioulas escravizadas e suas experiências da maternidade foram assimiladas à função anônima e impessoal da reprodução, termo este que ocultou a historicidade das relações sociais envolvidas na geração, nos partos e nas práticas de cuidado de bebês e crianças. Baseado na pesquisa de doutorado defendida em 2019, este livro se dedica a iluminar as experiências, trajetórias de vida e desafios enfrentados por africanas e crioulas que viveram a maternidade na cidade do Rio de Janeiro, entre 1830 e 1888, e nos aproxima desta dimensão fundamental das vidas destas mulheres que conceberam, viveram gestações, partos, deram à luz suas filhas e filhos sob a escravidão urbana, no período de suas vidas de maior valorização de seu trabalho.

Integrando-as ao complexo quadro da escravidão urbana, o período situado entre 1830 e 1888 encerrou um amplo processo de transformações das relações escravistas e de sua superação. Estes anos abrangeram a proibição oficial do tráfico, em 1831, seguida do auge dos desembarques ilegais de africanos e a disseminação de sua posse e comércio na cidade até 1850, quando cessou definitivamente o tráfico com a África. A continuidade do regime passou a depender exclusivamente da escravização das filhas e filhos crioulos das mulheres cativas, como Deolinda, Eva e as crianças, até a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que veio a abalar as bases do escravismo, conservando, porém, os interesses senhoriais sobre as mulheres escravizadas e sobre a força de trabalho de seus filhos, então chamados de ingênuos.

Neste livro, são abordadas as vivências comuns e singulares de mulheres africanas e suas descendentes, durante suas gestações e seus partos, bem como as práticas de amamentação, desmame e criação de seus bebês e crianças pequenas, escravizadas, libertas e ingênuas, e suas conexões com as demandas de trabalho urbano e com as políticas senhoriais de relativo interesse sobre seus filhos. Procuramos compreender as visões de mundo, os laços sociais e as estratégias mobilizadas por estas mulheres, diante das dificuldades e restrições que o convívio próximo com seus senhores, seus projetos e suas demandas de trabalho impuseram ao cotidiano da gestação e do parto, e ao cuidado e sobrevivência de seus bebês e crianças pequenas na escravidão urbana, ao longo do último século de vigência do regime.

Num esforço em documentar esses aspectos frequentemente obscurecidos das vidas de mulheres africanas e descendentes do nosso passado, nos valemos de uma ampla gama de fontes: encontramos indícios de suas vidas nas vozes e penas dos médicos, de seus senhores em anúncios comerciais e de fuga, de escrivães de polícia, de viajantes europeus, nas narrativas ficcionais, nos assentos de batismo, em pinturas de artistas europeus e fotografias que registraram sombras de sua existência. Com o objetivo de adentrar as rotinas de trabalho, o cotidiano da gestação, dos partos, da amamentação e da criação de filhos envolvendo mulheres escravizadas, a pesquisa nos jornais diários que circularam na cidade do Rio de Janeiro no período foi fundamental. Os jornais tornaram-se, desde o desenvolvimento da imprensa em meados do século XIX, o principal meio para as transações diretas entre senhores, compradores e locatários envolvendo escravizados, apesar da proliferação de casas de aluguel, venda e leilão no período posterior à desativação do mercado de escravos do Valongo, em 1831¹. Reunimos em uma base de dados um conjunto de 277 ocorrências envolvendo tanto anúncios de venda, compra e aluguel de mulheres grávidas e amas de leite, com a presença ou não de filhos e companheiros cativos, como também anúncios de fuga, casos clínicos de autoria de médicos, anúncios de parteiras que ofereciam seus serviços, além de folhetins, crônicas judiciárias e policiais envolvendo mulheres grávidas e mães com suas crianças².

O conjunto documental coligido reuniu um número considerável de fontes produzidas pela medicina do período, constituídas de teses de conclusão de curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, casos clínicos publicados em periódicos especializados, manuais de medicina popular dedicados aos temas da gravidez, do parto, da amamentação e da puericultura. As origens das escolas de medicina no Brasil remontam à chegada da Corte portuguesa no país em 1808,

1. L. C. Soares, *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*, pp. 28-29, 46.
2. As palavras-chave consultadas nos jornais diários, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, entre 1830 e 1888, foram: grávida, gravidez, pejada, prenhe, prenhez, comadre, parto, parteira, parturiente. Pesquisamos também, de maneira não extensiva e selecionando algumas ocorrências por décadas, os termos ama de leite, crioulinha/o, pretinha/o, pardinha/o, ingênua/o. Consultamos os seguintes periódicos: *A Mãe de Família*, *A Verdade*, *Correio Mercantil*, *Correio da Tarde*, *Correio do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta dos Tribunaes*, *O Corsário*, *O Despertador*, *Echo Popular*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *O Fluminense*, *O Globo*, *Jornal da Tarde*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Povo*, *O Mercantil*, *O Paiz*, *O Sete de Abril*. Citaremos como referência, ao longo do texto, as datas das edições e os títulos dos jornais, todos eles consultados no acervo digital da Hemeroteca. Atualizamos a ortografia e mantivemos a pontuação original em todas as citações de documentos.

quando era rompido o monopólio do ensino médico exercido pela metrópole com a fundação das Escolas Anatômico-Cirúrgicas e Médicas no Rio de Janeiro e em Salvador, transformadas, em 1813, em Academias Médico-Cirúrgicas, que funcionavam de modo improvisado e precário, faltando professores e equipamentos³. Em 1832, seguindo os padrões do ensino médico francês, grande emblema de civilização em que se espelhariam as elites cariocas ao longo do XIX, as Academias Médico-Cirúrgicas eram transformadas em Faculdades de Medicina, expedindo o diploma de médico, e não mais o de cirurgião, especialidade que seria contemplada pelo curso das faculdades, instituindo, também, cursos de Farmácia e de Partos⁴.

Até meados da década de 1830, os médicos que atuavam no Rio de Janeiro, além de pouco numerosos, eram, em grande parte, formados em Coimbra e Lisboa, em Portugal, ou Montpellier, na França. Eles trouxeram consigo, e para as recém-fundadas faculdades, as influências da medicina moderna francesa, segundo a qual a teoria e a prática médicas, bem como seu ensino, deveriam ser orientadas pela razão, pela observação direta e pelos experimentos científicos⁵. Aqueles que desejassem frequentar a faculdade deveriam ser homens de ao menos 16 anos e demonstrar, nos exames de admissão, conhecimentos sobre “latim, francês, inglês, história e geografia, filosofia racional e moral, aritmética, geometria, e álgebra”, até equações do primeiro grau⁶. Os estatutos estabeleciam como requisito para a conclusão do curso de medicina, ao final de seis anos, a escrita e a defesa de uma tese de doutorado⁷. A ampla maioria das teses é de autoria de estudantes de último ano, aos quais nos referiremos também como doutorandos e médicos, homens predominantemente brancos e jovens, oriundos das aristocracias rurais escravistas ou segmentos médios urbanos concentrados no

3. M. S. Soares, “Médicos e Mezinheiros na Corte Imperial: Uma Herança Colonial”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 8, n. 2, 2001.
4. T. S. Pimenta, *O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*, p. 25.
5. F. C. Edler, “A Medicina no Brasil Imperial: Fundamentos da Autoridade Profissional e da Legitimidade Científica”, *Anuario de Estudios Americanos*, v. LX, n. 1, 2003.
6. Brasil, Lei de 3 de outubro de 1832.
7. T. S. Pimenta, *O Exercício das Artes...*, *op. cit.*, p. 25. Os temas das teses eram selecionados pelos professores na entrada do ano letivo, e muitas variáveis concorriam para a escolha dos tópicos e para o aumento do número de teses sobre um dado assunto em diferentes períodos. A opção por determinado tema por parte dos professores da faculdade poderia refletir, por exemplo, os impactos de uma obra inédita recém-chegada da Europa, a eclosão de epidemias, questões relacionadas ao fim do tráfico africano, à escravidão, à mortalidade das crianças etc. F. Rohden, *Uma Ciência da Diferença: Sexo e Gênero na Medicina da Mulher*.

comércio e no serviço público⁸. Alguns doutorandos admitiram abertamente a falta de prática e a base literária das teses, sendo que, nas décadas finais do século, os trabalhos demonstraram o resultado de extensa pesquisa bibliográfica e de observações em hospitais e Casas de Saúde⁹. Além da anatomia e da clínica médica, a Higiene tornou-se um paradigma dominante entre os médicos e estudantes no Rio de Janeiro, que compartilhavam com os colegas europeus a crença na necessidade da intervenção do governo na saúde pública, e uma concepção de doença relacionada ao meio ambiente, ao clima, aos hábitos alimentares e à noção de contágio, com a transmissão direta de uma doença entre indivíduos¹⁰. As teses de conclusão do curso de medicina dissertaram acerca de uma extraordinária variedade de temas. Incorporando a matriz higienista francesa, segundo a qual a saúde passou a ser concebida como base da felicidade humana e do progresso da civilização, médicos e estudantes debruçaram-se sobre as mais diferentes instâncias da vida social, imbuídos da missão de intervir sobre todos os seus âmbitos, como o casamento, a prostituição, a higiene pública, a alimentação, doenças epidêmicas, hospitais, escolas, asilos, cadeias, cemitérios, alcoolismo, tabagismo, masturbação, e de tudo o mais que pudesse ser suspeito de originar doenças¹¹.

A higiene da mulher, a higiene infantil e a amamentação constituem os principais temas sobre os quais dissertaram os doutorandos em medicina ao longo do século XIX¹². No contexto dos primeiros surtos epidêmicos de cólera e febre amarela no Rio de Janeiro, em 1849 e 1850, conjugado às altas taxas de mortalidade infantil e aos anseios de modernização segundo os modelos europeus de família burguesa e de civilização, emergiu no Brasil, sobretudo na segunda metade do século XIX, uma volumosa literatura médica a respeito da maternidade e da amamentação.

O surgimento dos discursos médicos a respeito da amamentação e da higiene infantil elegeu a mulher branca de elite, o aleitamento materno e o chamado “mercenário”, praticado majoritariamente por mulheres escravizadas de

8. E. C. Coelho, *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*.
9. Sobre as Casas de Saúde, como eram chamadas as clínicas privadas onde médicos, professores e formados pela faculdade ofereciam tratamentos a diversas doenças, ver A. R. de Araújo, *A Assistência Médica Hospitalar no Rio de Janeiro no Século XIX*.
10. F. C. Edler, *op. cit.*
11. A. Eugênio, *A Reforma dos Costumes: Elite Médica, Progresso e o Combate às Más Condições de Saúde. (Brasil do Século XIX)*; L. C. M. Martins, *No Seio do Debate – Amas de Leite, Civilização e Saber Médico no Rio de Janeiro*.
12. F. Rohden, *Uma Ciência da Diferença..., op. cit.*

origem ou ascendência africana, como problemáticas centrais no tratamento das questões de ordem higiênica. Amplamente inspirada no debate europeu acerca dos perigos do aleitamento por amas de leite, a questão foi examinada, no Rio de Janeiro, em razão das particularidades das práticas escravistas relativas à amamentação e ao cuidado das crianças livres abastadas, e do comércio urbano de mulheres escravizadas como amas de leite. Adotando a higiene como eixo condutor para a construção de um projeto nacional inspirado em modelos europeus de civilização e de família nuclear, as mulheres africanas e suas descendentes, consideradas vetores do contágio físico e moral da sociedade branca, constituíram, nos discursos médicos, verdadeiros entraves aos projetos modernizadores¹³. Sobre mulheres negras, mães africanas e descendentes escravizadas coagidas a amamentarem a prole senhorial recaiu uma das primeiras invenções dos problemas médico-sanitários do país, por detrás da construção de um discurso racista e virulento que visava desencorajar o emprego das amas de leite e incentivar o aleitamento materno entre as mulheres das elites, cujos papéis sociais eram redimensionados e intimamente relacionados à função materna¹⁴.

Reunimos um conjunto de 85 teses defendidas predominantemente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo que 10 delas foram concluídas na Faculdade de Medicina da Bahia, em sua grande maioria referentes aos temas da gravidez, do parto, da amamentação e da higiene infantil, e algumas acerca da higiene dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia – tratando-se de crianças e bebês abandonados e acolhidos pela instituição católica – e da higiene dos escravos, distribuídas por décadas na tabela a seguir:

Tabela 1. Temas das teses de medicina por década (1830-1888)

Temas/década	1830	1840	1850	1860	1870	1880	Total
Aleitamento/higiene infantil	3	8	2	9	17	14	53
Gravidez, parto e puerpério	-	8	3	3	6	2	22
Higiene das classes pobres e dos escravos	-	2	3	1	-	-	6
Higiene dos Expostos da Santa Casa	-	-	3	-	-	1	4
	3	18	11	13	23	17	85

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional e Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ.

13. M. M. L. Freire, *Mulheres, Mães e Médicos. Discurso Maternalista no Brasil*, p. 212.

14. L. C. M. Martins, *op. cit.*

A promulgação da Lei de 1832, que criava as Faculdades de Medicina, marcou o início da organização dos médicos em classe profissional, restringindo a seus egressos o exercício legal da profissão, e definindo em lei os projetos de monopólio dos acadêmicos quanto ao diagnóstico e a prescrição de tratamentos. No entanto, os médicos formados eram pouco numerosos, e seus saberes e práticas não gozavam de legitimidade social nem inspiravam a procura por parte de todas as camadas da sociedade, que optavam amplamente pelos socorros de curadores populares, como sangradores, cirurgiões-barbeiros, boticários, curandeiras, mezinheiras e benzedeadas, muitos deles caboclos, africanos e descendentes, que não foram alvo de perseguição oficial sistemática até as décadas finais do século¹⁵. A ampla aceitação das curandeiras e curandeiros, bem como a repugnância popular aos médicos e aos hospitais, teriam constituído os maiores obstáculos com que se defrontaram os médicos e seus discursos científicos para ampliar sua legitimidade para além da esfera das elites que os produziam. As escravizadas e libertas africanas e descendentes, bem como grande parte das camadas sociais, compartilhavam com os curadores populares das concepções da origem espiritual das enfermidades. Para aquelas, a doença era percebida enquanto algo exterior e estranho instalado no corpo do enfermo, provocada pela feitiçaria e pela ação de espíritos malfazejos, reconhecendo nas curadoras, curadores, sacerdotes e sacerdotisas a capacidade para neutralizar os feitiços e curar as doenças por meio de diversos tipos de tratamentos, acompanhados por rezas ou fórmulas mágicas que emprestavam ao tratamento um caráter ritual¹⁶.

15. Em um mapeamento populacional de 1834, depois da criação das faculdades, consta a existência de apenas 181 médicos brasileiros e 33 estrangeiros legalizados atuando no Rio de Janeiro. Dados relativos aos formados na faculdade na primeira metade do século XIX, entre as décadas de 1830 e 1850, indicam que apenas 396 homens se graduavam doutores, sendo que nem todos exerceriam a medicina depois de formados, e que aproximadamente 50% eram naturais de outras províncias, para onde possivelmente retornariam com seus diplomas. Porém, a baixa procura pelos cuidados médicos não respondia apenas à expressão numérica daquela nova classe de curadores, constituída por homens letrados, donos de escravos e predominantemente brancos. Como argumentou Gabriela Sampaio, a escolha por determinado curador ou tipo de tratamento por parte dos setores populares orientava-se pela crença no poder e no carisma dos agentes de cura, bem como pela aproximação cultural e pelas formas de interação social entre curadores e enfermos. M. S. Soares, *A Doença e a Cura: Saberes Médicos e Cultura Popular na Corte Imperial*, 1999, p. 35; G. R. Sampaio, *Nas Trincheiras da Cura: As Diferentes Medicinas no Rio de Janeiro*.
16. Sobre as cosmologias africanas e afro-brasileiras e suas relações com as concepções de doença e cura no Rio de Janeiro imperial, ver M. S. Soares, *op. cit.*, cap. 4; G. R. Sampaio, *A História do Feitiçeiro Juca Rosa. Cultura e Relações Sociais no Rio de Janeiro Imperial*; T. S. Pimenta, “Barbeiros-sangradores e Curandeiros no Brasil (1808-28)”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 1998, v.

Quanto à seara dos partos e problemas relacionados à gravidez e doenças uterinas, ao longo do século XIX o recurso ao médico foi raro, visto que, à época, as mulheres de todas as camadas sociais contavam com parteiras, parentes e vizinhas para socorrê-las. As faculdades criadas em 1832 integravam a “Cadeira de partos, moléstias de mulheres peçadas e paridas, e de meninos recém-nascidos”, seguindo as orientações dos centros franceses de Paris e Montpellier, englobando o ensino teórico sobre gravidez, partos, puerpério, doenças ginecológicas e de recém-nascidos. Até 1880, não havia separação em disciplinas de ginecologia e obstetrícia, e o ensino sofria os reveses da inexistência de ensino prático¹⁷. O curso de Partos, instituído em 1832 e ministrado por professores da faculdade, era destinado a mulheres brancas e letradas, tendo sido baixa a sua procura: registros indicam que apenas 21 mulheres teriam se diplomado entre 1832 e 1901¹⁸. Assim, até pelo menos 1870, entre mulheres de todas as camadas sociais, o tratamento de doenças venéreas, os abortos, os partos, o puerpério, os cuidados com os recém-nascidos e seus rituais eram domínios exclusivamente femininos, desempenhados por mulheres das camadas populares de ascendência africana, indígena e portuguesa, que detinham os saberes informais sobre o corpo feminino, ancorados na experiência prática e na tradição oral¹⁹.

A imprensa médica, constituída por revistas e periódicos especializados, assumiu um papel estratégico no esforço de profissionalização e de afirmação social dos médicos²⁰. Além dos debates acerca do uso e da eficácia de terapêuticas, de discussões sobre epidemias e da divulgação da produção científica internacional, figuraram nas páginas das revistas e anais da Academia Imperial de Medicina, principal corporação médica do século XIX, observações acerca de casos considerados singulares. Médicos forjaram seus saberes a partir dos casos clínicos, narrativas que representavam as práticas da clínica e da cirurgia, segun-

5, n. 2, pp. 349-374; “Entre Sangradores e Doutores: Práticas e Formação Médica na Primeira Metade do Século XIX”, *Cad. Cedes*, v. 23, n. 59, abr. 2003, pp. 91-102.

17. A. P. V. Martins, *A Medicina da Mulher: Visões do Corpo Feminino na Constituição da Obstetrícia e da Ginecologia no Século XIX*, pp. 158-162; M. L. B. Mott, *Parto, Parteiras e Parturientes. Mme Durocher e Sua Época*, pp. 62-69 e 96.
18. M. L. B. Mott, *op. cit.*, pp. 128-129; “Parteiras: O Outro Lado da Profissão”, *Gênero*, v. 6, n. 1, 2005; T. Pimenta e G. Barbosa, “O Ofício de Parteira no Rio de Janeiro Imperial”, *Revista de História Regional*, v. 21, n. 2, 2016.
19. M. L. B. Mott, “A Parteira Ignorante: Um Erro de Diagnóstico Médico?”, *Estudos Feministas*, v. 7, n. 1, 1999.
20. Cf. L. O. Ferreira, “Medicina Impopular: Ciência Médica e Medicina Popular nas Páginas dos Periódicos Científicos (1830-1840)”, em S. Chalhoub *et al.* (orgs.), *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*.

do as regras de cientificidade e dos protocolos adotados pela anatomoclínica então vigente na Europa²¹.

O interesse por essa documentação reside na rica descrição de casos clínicos envolvendo práticas abortivas, problemas ginecológicos e partos das escravizadas, na ocasião em que homens e mulheres proprietários, entre ricos, remediados e os setores médios urbanos, procuraram pela assistência de cirurgiões e médicos como último recurso diante de complicações no parto e problemas durante a gravidez das cativas²². Os casos clínicos, ao evocarem indiretamente as falas e as práticas das escravizadas e das parteiras, constituem uma janela para o universo dos usos e saberes populares femininos, ancorados em diferentes tradições, relativos à gravidez, ao parto e à amamentação²³. Pesquisamos, também, registros referentes à entrada e saída de parturientes da Maternidade Municipal Santa Izabel, que entrou em funcionamento em 1881, e que recebeu em seus leitos mulheres escravizadas.

Os tratados de obstetrícia e os manuais de higiene infantil, redigidos por médicos, constituem registros de grande valor para o mapeamento das práticas acerca da gravidez, dos partos, da amamentação entre as mulheres africanas e crioulas no mundo urbano. Já os manuais de medicina popular, redigidos por médicos fi-

21. Enquanto a teoria dos humores, de tradição colonial, definia a doença como resultado de alterações no equilíbrio dos fluidos corporais, a medicina moderna, em particular a anatomoclínica, procurava explicar os fenômenos patológicos localizando-os nas lesões observáveis nos órgãos e tecidos do corpo, baseando os critérios de obtenção do conhecimento verdadeiro a partir do exame clínico, aplicando um conjunto de procedimentos e técnicas de observação e diagnóstico, obtendo conclusões genéricas sobre doenças e tratamentos. Porém, ao longo de todo o século XIX, os médicos recorreram largamente ao uso de sangrias, purgantes, laxantes e vomitórios, arsenais terapêuticos populares entre todas as classes sociais cariocas, o que evidenciava a longevidade do humorismo hipocrático-galênico de tradição colonial no cotidiano da cura oitocentista. Porém, conforme destacou Luís Ferreira, a criação das agremiações médicas e a implantação efetiva do ensino médico com a criação das faculdades, em 1832, foram passos importantes na direção do afastamento cultural entre as medicinas culta e popular, particularmente no campo da clínica e da higiene. Ver F. C. Edler, *op. cit.*; L. O. Ferreira, *op. cit.*
22. Sobre o desenvolvimento dos saberes médicos em ginecologia e obstetrícia e a intervenção de suas práticas sobre as mulheres escravizadas na cidade do Rio de Janeiro, ver L. F. S. Telles, “Pregnant Slaves, Workers in Labour: Amid Doctors and Masters in a Slave-owning City (Nineteenth-century Rio de Janeiro)”, *Women’s History Review*, v. 27, n. 6, 2017. Sobre a participação dos escravizados na construção dos saberes científicos enquanto objeto das práticas dos médicos que atuavam sobretudo nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, cf. S. C. Lima, *O Corpo Escravo como Objeto das Práticas Médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)*.
23. A consulta foi realizada a partir da base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, frutificando num conjunto de dezesseis jornais que foram editados na cidade do Rio de Janeiro, e um deles na cidade de Salvador. Citaremos, ao longo do livro, os títulos, as edições e as páginas dos periódicos, todos eles consultados no acervo digital da Hemeroteca.

liados à Academia Imperial de Medicina, destinaram-se a atender os habitantes das regiões rurais por onde se distribuía a maior parte da população brasileira, constituindo instrumento essencial para disseminar práticas e saberes aprovados pelas instituições médicas oficiais, no cotidiano daquela população²⁴. Os manuais documentaram, geralmente na forma de verbetes, aspectos sobre as práticas da amamentação e dos partos, condições de puerpério das escravizadas e as enfermidades que acometiam bebês escravos, nos cenários urbanos e agrários. Incluímos a pesquisa de manuais de fazendeiros que, a despeito de abordarem a realidade de mulheres escravizadas nas médias e grandes fazendas do Sudeste cafeeiro na primeira metade do século XIX, contribuíram para compreender, a partir de uma perspectiva comparativa, as especificidades das vivências da maternidade para as escravizadas africanas e crioulas no mundo urbano. Publicados a partir da década de 1830, os autores dos manuais desenvolveram planos de reformas para adequar a mentalidade senhorial em relação ao tratamento dispensado aos cativos a um novo contexto que estava sendo formado com a ilegalidade do tráfico, desde sua proibição oficial, em 1831, à extinção efetiva, com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850²⁵. Assim, quando o futuro e a viabilidade da escravidão passaram a depender da capacidade reprodutiva das escravizadas e da sobrevivência de suas filhas e filhos crioulos, a saúde de seus corpos e de seus filhos foram trazidos para o centro das políticas natalistas, por meio de recomendações abrangendo rotinas de trabalho e descanso para gestantes, puérperas e nutrizes, segundo os princípios da higiene.

Mulheres brancas letradas, membros das elites agrárias paulistas e fluminenses, que viveram as últimas décadas da escravidão, legaram em seus livros de memórias pessoais e familiares imagens vivas acerca do cotidiano nas grandes propriedades nos anos finais do cativo no Brasil. Em fazendas cafeeiras do Oeste Paulista, nos municípios de Piracicaba, Rio Claro, São Carlos do Pinhal e Jaboticabal, ao longo da segunda metade do século XIX, africanas e crioulas foram invocadas pelas fazendeiras enquanto personagens centrais para o modo de vida das elites no cotidiano das fazendas de café em que viveram, num discurso de caráter ambíguo, oscilando entre uma pretensa generosidade paternalista e um autoritarismo impregnado de violência. Os livros de memórias, abordados

24. M. R. Guimarães, “Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular no Império”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, maio/ago. 2005.

25. K. Rodrigues, *Das Páginas ao Corpo: Escravidão e Práticas de Saúde em Manuais de Fazendeiros do Século XIX*. R. B. Marquese, *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas, 1660-1860*.

a partir de uma perspectiva comparativa, exigem uma leitura atenta para os filtros sociais e culturais ancorados na perspectiva de classe, raça, gênero e cultura das fazendeiras ao invocarem as mulheres cativas africanas e descendentes em seus textos, visto que as reminiscências constituem seleções cuidadosas das memórias que desejavam construir a respeito de si mesmas, de suas famílias e das relações escravistas, implicando distorções e silenciamentos. Algumas obras constituem testemunhos diretos de suas autoras, que viveram a infância ou a idade adulta durante a vigência da escravidão, enquanto outras foram baseadas nos testemunhos indiretos fornecidos por suas avós, na tradição oral das famílias proprietárias e em pesquisa documental em arquivos e cartórios.

Coletamos os dados de 68 assentos de batismo de bebês de mulheres africanas e crioulas escravizadas, registrados na freguesia central de Sacramento, na década de 1850, e analisamos uma base de dados contendo informações acerca dos batizados de 617 bebês ingênuos na freguesia de Santa Rita, e 761 bebês ingênuos na freguesia do Engenho Velho, nas décadas de 1870 e 1880, de onde pudemos captar arranjos familiares entre cativas e cativos na cidade, e as estratégias das mães africanas e crioulas no estabelecimento de laços de compadrio com os setores livres e escravizados em 1850 e nas décadas finais do século²⁶.

Complementamos a pesquisa com a literatura de naturalistas, viajantes e etnógrafos que documentaram práticas sociais envolvendo gravidez, partos, amamentação e rituais relacionados à maternidade, sobretudo para mulheres centro-africanas em suas sociedades de origem, nos atuais países de Angola, Congo, República Democrática do Congo, entre meados do século XIX e a primeira década do século XX. O tratado de partos de autoria do médico e obstetra norte-americano Georges Engelmann, traduzido para o francês e ampliado pelo médico francês Paul Rodet em 1886, apesar de promover ideias etnocêntricas e racializadas de classificação dos povos segundo o suposto grau de civilização, enquadrando as mulheres não europeias enquanto “primitivas”, ao limitar-se à descrição da cultura material e dos rituais dos nascimentos entre as africanas, permite que nos aproximemos de seus possíveis significados²⁷. Conforme sublinhou o historiador Robert Slenes, acerca dos relatos de viajantes europeus, estes documentos podem ser extremamente úteis ao descreverem aspectos da cultura

26. A base de dados dos assentos de batismo das freguesias de Santa Rita e Engenho Velho foi generosamente cedida pelo meu amigo, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Flávio dos Santos Gomes.

27. G. Engelmann e P. Rodet, *La pratique des accouchements chez les peuples primitifs. Étude d'ethnographie et d'obstétrique*.

material de mulheres e homens africanos e descendentes, facilmente perceptíveis e pouco ambíguos, ao passo que grande parte de seus comentários, opiniões e interpretações encontram-se comprometidos com preconceitos culturais e visões de mundo etnocêntricas²⁸.

Os olhares das mulheres e homens viajantes – professoras, artistas, cientistas, médicos, naturalistas e nobres europeus – captaram a presença das mulheres africanas e crioulas escravizadas no mundo urbano, ao longo do século XIX, veiculando em seus escritos representações de suas práticas de amamentação e criação de filhos nos domicílios senhoriais e nas imediações urbanas. A historiadora Miriam Moreira Leite pontuou a necessidade de cuidados metodológicos referentes à análise dos escritos de viajantes. Ela ressaltou que o olhar estrangeiro o torna observador alerta e privilegiado por distinguir-se da percepção dos habitantes locais, posto que o viajante não tem a vivência comum aos grupos sociais visitados, de forma que situações cotidianas aparecem-lhe com maior nitidez, penetrando nas relações sociais e em suas contradições naturalizadas para os habitantes nelas integrados²⁹. Porém, expressaram as visões de homens e mulheres brancos estrangeiros, marcados por suas próprias experiências culturais, como pelo etnocentrismo e por discriminações de raça, classe e gênero, também limitados aos grupos sociais com quem conviveram, geralmente membros das elites.

Uma seleção de duas obras de literatura ficcional produzida na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX – *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e o conto “Pai Contra Mãe”, de Machado de Assis – foi incorporada à pesquisa³⁰. Oito aquarelas produzidas por artistas, em sua maioria europeus, que representaram, na primeira metade do século XIX, mulheres negras, africanas e crioulas, e suas crianças nas imediações urbanas, compõem nosso mosaico de fontes. Lilia Schwarcz salientou os cuidados necessários na abordagem da iconografia como fonte histórica: ao mesmo tempo que é possível notar nos detalhes das obras as roupas, costumes e indícios de práticas sociais e culturais, seria incorreto tomar tais representações visuais como “ilustrações” ou mesmo retratos fiéis da realidade³¹. Ana Lúcia Araújo analisou, a partir de gravuras e pinturas de artistas franceses, os estereótipos

28. R. W. Slenes, “Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX”, *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, 1988.

29. M. L. M. Leite (org.), *A Condição Feminina no Rio de Janeiro, Século XIX*, p. 19.

30. Dentre os estudos que enfocaram a literatura ficcional oitocentista como fonte para a história social da escravidão, cf. S. Chalhoub, *Machado de Assis, Historiador*; R. Slenes, *Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava. Brasil, Sudeste, Século XIX*.

31. L. M. Schwarcz e F. S. Gomes, *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*, p. 43.

culturais construídos pelos europeus com relação ao Brasil, à sociedade escravista e aos escravizados africanos e descendentes. A partir da composição das cenas representadas por Jean-Baptiste Debret, ela notou a construção de uma classificação racial, de um olhar europeu eivado de exotismo na representação de ameríndios e africanos, conduzindo, por meio do filtro da corrente artística neoclássica, a uma representação idealizada da escravidão, suavizando seu aspecto violento³². Já Jeniffer Morgan, ao abordar as representações de mulheres africanas nos relatos e gravuras de viajantes europeus durante os séculos xvii e xviii, sublinhou as formas pelas quais o olhar dos homens brancos europeus e sua perspectiva distorceram e reformularam as experiências das mulheres negras africanas e descendentes³³. No entanto, conforme Robert Slenes demonstrou, as fontes iconográficas, quando abordadas com cuidado, podem possuir indubitável valor etnográfico³⁴. Assim, as aquarelas e pinturas selecionadas, realizadas por homens brancos, estrangeiros, de passagem pelo Brasil, publicadas em obras direcionadas ao mercado europeu, guardando concepções, técnicas e modelos artísticos de escolas europeias da primeira metade do século xix, serão abordadas numa perspectiva comparativa, por meio do cotejamento de seus indícios com aqueles de outras fontes³⁵. Por fim, selecionamos fotografias realizadas em propriedades rurais e estúdios, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1860 e 1880. Mulheres negras, africanas e crioulas escravizadas e libertas foram fotografadas pelo franco-brasileiro Marc Ferrez em fazendas cafeeiras no vale do Paraíba fluminense por encomenda da elite cafeeira, ao passo que o açoria-

32. A. L. Araújo, “Les représentations de l’esclavage dans les gravures des relations *Voyage Pittoresque et historique au Brésil* de Jean-Baptiste Debret et *Deux années au Brésil* de François-Auguste Biard”, *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 30, n. 59, 2005.
33. J. L. Morgan, *Laboring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery*.
34. R. W. Slenes, “As Provações de um Abraão Africano: A Nascente Nação Brasileira na Viagem Alegórica de Johann Moritz Rugendas”, *Revista de História da Arte e Arqueologia*, IFCH-Unicamp, n. 2, 1995-1996.
35. Selecionamos oito aquarelas que representaram paisagens e cenas da vida urbana envolvendo mulheres escravizadas, africanas e crioulas, junto a suas crianças. Duas delas são de autoria do artista francês Jean-Baptiste Debret, formado dentro da corrente da pintura neoclássica, que integrou a missão artística francesa que veio ao Brasil em 1816. Representou, além de acontecimentos políticos, atividades e costumes urbanos no Rio de Janeiro; escolhemos um desenho litografado, de autoria do artista alemão Karl Wilhelm von Thersimin, nomeado cônsul da Prússia no Brasil, que se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro de 1818 a 1835; um desenho litografado publicado na década de 1850, de autoria do diplomata e artista inglês William Gore Ouseley, que viveu no Brasil na década de 1830, além de quatro imagens que representaram mulheres africanas com suas crianças, de autoria do aquarelista e pintor alemão Eduard Hildebrandt, realizadas em 1844, período em que esteve no Rio de Janeiro.

no José Christiano Junior, em seu estúdio no centro da cidade do Rio de Janeiro, captou mulheres junto a suas crianças e instrumentos de trabalho em registros fotográficos destinados ao mercado europeu e a viajantes³⁶. Já o fotógrafo Théophile Auguste Stahl, nascido na Itália, de família francesa, estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro em 1862. Em 1865, fotografou uma série de homens e mulheres negros, por encomenda do naturalista suíço Louis Agassiz, um dos expoentes da teoria da degeneração e do racismo científico³⁷.

Assim, a partir de uma leitura das entrelinhas de documentos produzidos predominantemente por homens brancos, entre anúncios comerciais de autoria dos senhores, de obras escritas por europeus e médicos brasileiros, buscamos rastrear as mulheres negras, africanas e descendentes crioulas, as vozes silenciadas de seus lamentos e de seus projetos, de suas estratégias de resistência e das sociabilidades que puderam mobilizar para enfrentar as dificuldades e restrições que a escravidão e seus senhores impunham ao cotidiano da gestação, dos partos, da amamentação e do cuidado de seus bebês na cidade do Rio de Janeiro. Ancorado na tradição da história social da escravidão, que tem considerado o protagonismo de homens e mulheres africanos e descendentes escravizados, e na perspectiva teórica e metodológica aberta pela hermenêutica do cotidiano, que considera historicizar experiências concretas das vidas de todos os dias de homens e mulheres do passado, em suas resistências e improvisos, este livro propõe um exame aprofundado acerca de um aspecto fundamental das vidas de mulheres africanas e descendentes escravizadas³⁸.

No primeiro capítulo, estabelecemos um quadro geral a respeito do tema, discutindo as principais linhas de pesquisa dedicadas aos temas do corpo e da

36. P. C. Azevedo e M. Lisovsky (orgs.), *Escravos Brasileiros do Século XIX na Fotografia de Christiano Jr.*
37. Aguste Stahl fotografou, a pedido de Agassiz, dezenas de mulheres e homens africanos, indígenas e descendentes, muitos deles nus, na cidade do Rio de Janeiro e de Manaus, arranjados em suas poses a fim de representarem a veracidade de suas teorias, que consideravam a miscigenação o fator da “degeneração” das raças humanas. Cf. M. H. P. T. Machado, “A Ciência Norte-americana Visita a Amazônia: Entre o Criacionismo Cristão e o Poligenismo ‘Degeracionista’”, *Revista da USP*, n. 75, set./nov. 2007; M. H. P. T. Machado e S. Huber, *(T)Races of Louis Agassiz: Photography, Body and Science, Yesterday and Today (Rastros e Raças de Louis Agassiz: Fotografia, Corpo e Ciência, Ontem e Hoje)*.
38. M. O. L. S. Dias, “Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano”, em A. Costa e C. Bruschini (orgs.), *Uma Questão de Gênero*; “Hermenêutica do Cotidiano na Historiografia Contemporânea”, *Revista Projeto História*, v. 17, 1998; “Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: Uma Hermenêutica das Diferenças”, *Estudos Feministas*, v. 2, n. 2, 1994; *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*.

maternidade para africanas e crioulas, em diferentes cenários escravistas nas Américas. Elaboramos, também, uma revisão dos estudos brasileiros dedicados às famílias escravas e à maternidade em diferentes perspectivas e contextos, e das pesquisas que particularizaram as experiências de mulheres africanas e crioulas, escravizadas e libertas, que disputaram com seus senhores, em diferentes circunstâncias, seus projetos de liberdade, envolvendo a guarda e a libertação de seus filhos.

Neste capítulo inicial, introduzimos o mundo social no qual atuaram nossas protagonistas, mulheres africanas majoritariamente embarcadas no centro-oeste do continente, crioulas nascidas na cidade, no interior do Rio de Janeiro e em outras províncias, e as diferentes circunstâncias em que viveram suas gestações, seus partos e a criação de seus filhos no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX. Compusemos o complexo quadro da escravidão urbana marcado pelo grande afluxo de meninas e jovens embarcadas nos portos congo-angolanos e pela disseminação de sua posse e comércio entre setores escravistas, nas décadas de 1830 e 1840. Abordamos as transformações que se seguiram ao fim do tráfico transatlântico, com o processo de incremento populacional entre os livres, a redução de escravas urbanas e o recrudescimento das demandas por aluguel de amas de leite escravizadas, fomentando o tráfico de mulheres jovens das províncias do Norte, do Nordeste e do Sul do país, que foram pressionadas pelos interesses escravistas, quando deram à luz seus bebês, sobretudo posteriormente à Lei de 1871 e na década da derrocada do regime.

Dedicamos o segundo capítulo aos desafios enfrentados por mulheres escravizadas de diferentes idades e procedências, como jovens crioulas de 17 anos grávidas de seus primeiros filhos, mulheres centro-africanas de mais de 30 anos que conceberam seus caçulas e que viveram suas gestações na cidade, nas diferentes conjunturas do século. Acompanhamos as diversas rotinas de trabalho urbano vivenciadas por estas mulheres durante a gravidez, como as ocupações desempenhadas por mucamas e costureiras na moradia senhorial, mulheres alugadas nas casas dos locatários para todos os serviços domésticos, e por mulheres ocupadas como quitandeiras e lavadeiras ao ganho. Procuramos compreender de que maneira os espaços de trabalho, dentro das casas escravistas e no mundo fora delas, abriram diferentes oportunidades para que as cativas tecessem relações afetivas e sexuais autônomas e articulassem suas formas de resistência, diante do convívio próximo com seus senhores, suas demandas de trabalho, suas torturas e violências sexuais.

No terceiro capítulo, enfocamos as especificidades das vivências dos partos para africanas e crioulas que, como a maioria das mulheres livres e libertas, de-

ram à luz a maioria de seus filhos nos domicílios. Porém, a moradia senhorial, em que transcorria o trabalho e o convívio próximo com suas donas e donos, constituiu um espaço de embates e tensões matizados por diferentes formas de intervenção e violência por parte de seus senhores em seus nascimentos. Reconstituímos as condições em que se dava a assistência ao parto na cidade e suas transformações, ao longo do século, sublinhando as especificidades das práticas de parteiras europeias, brasileiras brancas empobrecidas e africanas e crioulas escravizadas e libertas, na assistência aos partos das cativas nas casas de seus senhores, e as vivências do retorno ao trabalho no puerpério.

A fundação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1832, e a ascensão dos interesses científicos e profissionais dos médicos que se afirmaram, ao longo do século, interceptaram as vivências do parto e do puerpério entre as africanas e descendentes cativas na cidade.

No quarto capítulo, abordamos as tensões vividas por mulheres escravizadas que, diante de complicações em seus partos e da mediação de seus senhores, vivenciaram a intervenção de homens brancos, médicos em sua maioria inexperientes, nos nascimentos de seus bebês. Na década de 1880, a criação de maternidades e enfermarias ligadas ao ensino prático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro impactou as vivências dos partos para mulheres crioulas, que foram internadas grávidas e deram à luz bebês ingênuos nos estabelecimentos criados para servirem aos interesses dos médicos e dos senhores.

Pouco tempo depois do nascimento de seus filhos, crioulas e africanas escravizadas enfrentaram a retomada do trabalho nas diferentes ocupações urbanas, e os avanços das famílias senhoriais e locatárias sobre seu leite e seus serviços. Invocadas na literatura de memórias depois da Abolição como símbolo da confraternização racial no interior de uma escravidão doméstica idealizada como harmônica e benevolente, a ocupação de ama de leite impactou de maneira singular as vivências da maternidade para africanas e crioulas com relação a suas próprias crianças. Estas, quando permaneceram próximas às mães, tiveram de disputar, em grande desvantagem, o leite e o cuidado de suas mães com as crianças brancas de suas senhoras, que não amamentavam seus bebês.

No quinto capítulo, investigamos as tensões e formas de enfrentamento destas mulheres que, nas diferentes conjunturas do século, serviram como amas de leite às crianças de suas donas ou de suas locatárias. Se mães africanas e crioulas dificilmente escaparam de servir como amas de leite quando foram mães de um de seus bebês na cidade, a realidade é que muitas deram à luz, amamentaram e conviveram com suas filhas e filhos.

No último capítulo, investigamos as lutas travadas por mulheres africanas e crioulas cativas, jovens mães de seus primeiros filhos ou mulheres experientes com seus caçulas, para amamentar, criar e conviver com seus bebês e crianças pequenas, atuando como comerciantes de rua, lavadeiras, cozinheiras e trabalhadoras domésticas alugadas em outras moradias, nas diferentes conjunturas do século. Recuperamos as vivências da maternidade para elas integrando-as ao mundo social dos homens e mulheres livres, cativos e libertos, africanos e descendentes, enfocando as dimensões afetivas, culturais e políticas abrangendo as possibilidades de convívio e sobrevivência de seus filhos, e as práticas de amamentação e desmame, em suas conexões com as restrições senhoriais e as demandas de trabalho na escravidão urbana, no período de sua disseminação ao seu desmonte. Analisamos a dimensão da tristeza experimentada por mulheres que viveram em comum a experiência da perda de seus bebês e crianças pequenas pela morte, e as tensões cotidianas diante do convívio próximo com seus senhores e das possibilidades de separação de suas crianças pela venda, o que poderia ocorrer sem restrições até a promulgação das leis de 1869 e 1871. Por fim, discutimos as especificidades das vivências da maternidade para as crioulas que foram mães na escravidão urbana na conjuntura posterior à Lei de 1871, que colocou situações complexas e ambíguas para mulheres cativas que tiveram filhos de diferentes *status* jurídicos, e que também abriu oportunidades para que elas capitaneassem suas árduas batalhas para a consecução de seus projetos familiares de trânsito do cativeiro e do domínio de seus senhores à liberdade.

Nos capítulos que se seguem, rastreamos as vivências e os passos de meninas, jovens e mulheres adultas e experientes, africanas e crioulas, integrando-as ao mundo social dos livres, cativos e libertos, em laços de parentesco e amizade urdidos entre membros de suas nações, seus parentes consanguíneos, os pais de seus filhos, entre comadres na informalidade do dia a dia e nas cerimônias de batismo, que constituíram redes de amparo fundamentais para mulheres que viveram suas gestações, seus partos e as possibilidades de amamentarem e conviverem com suas crianças em embates permanentes com seus senhores e seus interesses.

© 2022 by Editora Unifesp

1

Mulheres Negras e Maternidade na Escravidão

Desde a década de 1980, a historiografia social da escravidão tem-se dedicado à recuperação da historicidade das relações escravistas e à reconstrução das experiências sociais de homens e mulheres escravizados, devolvendo-lhes seus espaços de atuação em diversos cenários do Brasil colonial e imperial¹. Olhares sobre novas fontes – ações de liberdade, inventários, registros paroquiais, processos cíveis e criminais, dentre outras – permitiram a ampliação dos temas e enfoques numa perspectiva de reconhecimento do papel desempenhado pelos cativos, enquanto sujeitos históricos atuantes em seu universo social. Se tais estudos abordaram predominantemente a vida e a participação histórica de homens jovens, estudos mais recentes têm iluminado a diversidade de experiências sob o cativo, ao integrar as dimensões de gênero, condições de saúde, etnicidade e idade/geração aos estudos da escravidão.

O conceito de gênero, como cunhado pela historiadora Joan Scott, visibilizou o caráter eminentemente social e relacional dos significados conferidos a diferenças entre homens e mulheres, rompendo com a crença na determinação biológica e em seu caráter universalizante como justificativa para as desigualda-

1. Algumas dentre as obras referenciais: M. H. P. T. Machado, *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas, 1830-1888*; S. Chalhoub, *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*; F. S. Gomes, *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, Século XIX*; M. C. Wissenbach, *Sonhos Africanos, Vivências Ladinas. Escravos e Forros em São Paulo (1850-1880)*.

des e relações de poder assimétricas entre homens e mulheres². Feministas negras e teóricas pós-coloniais enfatizaram os limites do aporte do gênero e sua incapacidade de iluminar outras formas sociais de dominação e hierarquia, como cor/raça, cultura/etnia e *status*/classe entre as próprias mulheres, propondo a descolonização do conceito e problematizando a pretensão universalizante do feminismo ocidental e suas concepções etnocêntricas³. O emprego do conceito de gênero na historiografia brasileira permitiu a ampliação das abordagens numa perspectiva de reconhecimento dos espaços de atuação e do protagonismo das mulheres africanas e descendentes – escravizadas, libertas, libertandas e descendentes livres – nos mundos da escravidão⁴. Pesquisas têm enfatizado as experiências divergentes para mulheres e homens nas vivências do cativeiro, em particular no que se refere às demandas e espaços de trabalho e às oportunidades de acesso à liberdade para umas e outros. Multiplicando-se nas últimas décadas, a literatura especializada muito contribuiu para a visibilização da participação de mulheres escravizadas e libertas, nas esferas do trabalho doméstico urbano⁵ e nas fazendas de grande lavoura cafeeira, nas roças e casas de morada senhoriais⁶. A conquista da alforria e a busca de mulheres forras por autonomia inspiraram importantes pesquisas⁷, enquanto outras abordagens estabeleceram as conexões entre etnicidade, gênero, comércio de rua e os caminhos para a liberdade para mulheres escravizadas e libertas, em particular entre as africanas ocidentais,

2. J. Scott, “Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica”, *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, 1995; “Unanswered Questions”, *American Historical Review*, v. 113, n. 5, dez. 2008.
3. Conferir L. Gonzalez, *Por um Feminismo Afro-latino-americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*; S. Azeredo, “Teorizando sobre Gênero e Relações Raciais”, *Revista Estudos Feministas*, n. especial, 2º sem. 1994; S. Carneiro, “Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina, a Partir de uma Perspectiva de Gênero”, em Ashoka Empreendimentos Sociais e Takano Cidadania (orgs.), *Racismos Contemporâneos*; P. H. Collins, *Black Feminist Thought*; C. Mohanti, *Feminism without Borders. Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*.
4. M. Paixão e F. Gomes, “Histórias das Diferenças e das Desigualdades Revisitadas: Notas sobre Gênero, Escravidão, Raça e Pós-emancipação”, *Estudos Feministas*, v. 3, n. 16, 2008.
5. S. L. Graham, *Proteção e Obediência: Criadas e Patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*; L. F. S. Telles, *Libertas entre Sobrados: Mulheres Negras e Trabalho Doméstico em São Paulo (1880-1920)*; M. H. C. Silva, *Domésticas Criadas entre Textos e Práticas Sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*.
6. A. M. L. Almeida, *Da Casa e da Roça: A Mulher Escrava em Vassouras no Século XIX*; S. L. Graham, *Caetana Diz Não: Histórias de Mulheres da Sociedade Escravista Brasileira*.
7. E. Bertin, *Alforrias em São Paulo do Século XIX: Liberdade e Dominação*; C. Cowling, “Negociando a Liberdade: Mulheres de Cor e a Transição para o Trabalho Livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888”, em D. C. Libby e J. F. Furtado (orgs.), *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*.

nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, ao longo do século XIX⁸. Apesar das importantes perspectivas abertas por esses estudos, o tema das experiências da maternidade para mulheres africanas e descendentes escravizadas tem recebido poucos investimentos por parte de historiadores no Brasil.

A ideologia que rotulou as mulheres como reprodutoras, e seus corpos como repositórios da possibilidade de gerações futuras, invocada pelos profissionais da ciência médica desde o século XIX, contribuiu para relegar a vida sexual, a gravidez, os abortos, os partos, a amamentação e as práticas de cuidado de bebês e crianças às sombras do território das relações sociais e das narrativas escritas da história⁹. Também, o destaque conferido pela historiografia da escravidão aos aspectos demográficos da população cativa, referentes às taxas de natalidade, de óbito e à frequência dos nascimentos, documentados em assentos de batismo, registros funerários e inventários *post mortem*, tem obscurecido as experiências eminentemente femininas e vividas em seus corpos de gestar, dar à luz e aleitar, bem como as experiências sociais e práticas culturais envolvendo a maternidade e a criação de bebês e crianças afrodescendentes em contextos de coerção. Análises que evidenciaram o papel das mulheres nas famílias e comunidades escravas nas médias e grandes fazendas do Sudeste oitocentista subestimaram as tensões entre o papel de trabalhadora e produtora de bens e serviços, e suas implicações para as experiências da gravidez, do parto, da amamentação e para as estratégias femininas de cuidado e sobrevivência dos filhos sob a escravização.

Assim, ao investir na temática da maternidade para mulheres escravizadas na cidade do Rio de Janeiro, buscamos interrogar uma problemática central para a compreensão das vivências das africanas e crioulas como trabalhadoras, gestantes e mães de filhas e filhos para quem legavam, formalmente até 1871, a sua condição, integrando-as ao processo de transformação das relações

8. J. B. Farias, *Mercados Minas: Africanos Ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*; S. C. Faria, *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: As Pretas Minas nas Cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey, 1700-1850*. Para o contexto oitocentista da cidade de Salvador, ver C. Soares, *Mulher Negra na Bahia no Século XIX*; L. Castillo e N. Parès, “Marcelina da Silva e Seu Mundo: Novos Dados para uma Historiografia do Candomblé Ketu”, *Afro-Ásia*, n. 36, 2007. Sobre escravas de tabuleiro em São Paulo na primeira metade do XIX: M. Dias, *Quotidiano e Poder...*, *op. cit.*; “Nas Fímbricas da Escravidão Urbana: Negras de Tabuleiro e Ganho”, *Estudos Econômicos*, v. 15, n. especial, 1985.
9. R. Hubbard, “Algumas Ideias sobre a Masculinidade das Ciências Naturais”, em M. M. Gergen (org.), *O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento*, pp. 21-36; E. Glenn, “Social Constructions of Mothering: A Thematic Overview”, em E. N. Glenn, G. Chang e L. R. Forcey (eds.), *Mothering: Ideology, Experience and Agency*.

escravistas e de sua superação, ao longo do último século de vigência da escravidão. Um recurso à literatura existente sobre corpo e maternidade entre africanas e crioulas nos mundos da escravidão atlântica, em seus principais debates e contextos, permite uma reflexão preliminar acerca da pluralidade de experiências destas mulheres, em suas semelhanças e particularidades, sendo possível, então, circunscrever os temas e abordagens presentes no livro.

Corpo, Reprodução e Violência Sexual: Perspectivas Atlânticas

Dedicada sobretudo aos contextos escravistas no Caribe e nos Estados Unidos, a historiografia internacional vem enfatizando, desde a década de 1980, a centralidade das dimensões do trabalho e da maternidade para as experiências de vida de mulheres africanas e crioulas cativas, no sentido de compreender a constituição das sociedades escravistas atlânticas¹⁰. A antiga lei romana que designou a matrilinearidade da condição escrava, redefinida desde os primórdios da implantação da escravidão nas Américas, foi central para as vivências femininas na escravidão e para a reprodução do sistema nas sociedades atlânticas¹¹. Em trabalho pioneiro acerca das colônias inglesas no Caribe e nos Estados Unidos, Jennifer Morgan demonstrou em que medida, desde o século XVII, as representações de viajantes europeus a respeito dos corpos das mulheres africanas – supostamente vigorosas e insensíveis à dor, em contraste com a pretensa fragilidade e delicadeza das brancas europeias – estruturaram ideias acerca da habilidade de mulheres negras em realizar trabalhos pesados, o que conduziu ao sistema dual de exploração das mulheres negras tanto como trabalhadoras e produtoras

10. Discutiremos sobretudo os estudos dedicados às mulheres, maternidade e reprodução nos cenários do Caribe britânico e dos Estados Unidos escravistas. Pesquisas sobre mulheres cativas e maternidade nos contextos escravistas de Cuba e da América espanhola, e no Caribe francês, são muito menos abundantes: C. Cowling, *Conceiving Freedom: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro*; A. Díaz e M. de los Á. Fuentes, “The African Women of the Dos Hermanos Slave Ship in Cuba: Slaves First, Mothers Second”, *Journal of Women’s History*, v. 30, n. 1, 2018; A. Gautier, *Soeurs de Solitude. Femmes et esclavage aux Antilles du XVII au XIX siècle*; B. Moitt, *Women and Slavery in the French Antilles, 1635-1848*; S. Franklin, *Women and Slavery in Nineteenth-century Colonial Cuba*; S. Taylor, *Negotiating Honor: Women and Slavery in Caracas, 1750-1854*.
11. M. Santos, “Slave Mothers, Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil”, *Revista Tempo-História*, v. 22, n. 41, 2016; J. L. Morgan, *Laboring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery*; K. M. Brown, *Good Wives, Nasty Wenches, and Anxious Patriarchs. Gender, Race, and Power in Colonial Virginia*; S. Turner, *Contested Bodies: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica (1780-1834)*.

de riquezas quanto como mães e reprodutoras¹². Sasha Turner situou os corpos e a capacidade reprodutiva das mulheres escravizadas no centro de suas análises acerca das campanhas abolicionistas britânicas e das relações escravistas na Jamaica, entre 1780 e a Abolição em 1834¹³. Turner explorou como abolicionistas, governo colonial, médicos e senhores perceberam e representaram os corpos das africanas e crioulas, e de que modo aqueles e as próprias escravizadas competiram, a fim de controlar a reprodução e suas práticas. Tomando a era do abolicionismo iniciada em torno de 1780, a obra examina as intervenções senhoriais nas vidas reprodutivas das cativas inicialmente projetadas pelos abolicionistas que propunham, em suas campanhas, o fim do tráfico africano sem comprometer, entretanto, a produtividade das lavouras açucareiras largamente dependentes do trabalho feminino¹⁴.

No contexto das plantações sulistas dos Estados Unidos no período pré-Guerra de Secessão, Stéphanie Camp abordou as especificidades das experiências inscritas nos corpos das mulheres na escravidão, sujeitas ao cotidiano do trabalho exaustivo e dos castigos brutais, à exposição pública, às apalpadelas dos escravistas e traficantes nos leilões e à violência sexual. Para além das práticas da dominação senhorial e da violência, a perspectiva adotada pela historiadora ressaltou a interpretação dos corpos femininos em sua dimensão de autonomia, de prazer e de resistência. Analisando as festas proibidas, organizadas em segredo e realizadas pela comunidade escrava, sujeitas à perseguição e à punição, Camp sublinhou os significados pessoais e políticos do prazer corporal e do sentimento de orgulho experimentados pelas mulheres afrodescendentes que se expressavam em meio à comunidade e fruía de seus próprios corpos na dança¹⁵.

Estudos têm realçado a dimensão atlântica das formas de opressão e violência enfrentadas por meninas e mulheres cativas nas Américas, que enfrentaram a exploração de seus corpos e os ataques a sua autonomia sexual, diante dos assédios e dos estupro por parte de seus senhores e de outros homens brancos.

12. J. L. Morgan, *op. cit.*; M. Morrissey, *Slave Women in the New World: Gender Stratification in the Caribbean*.
13. S. Turner, *op. cit.*
14. Lucille Mathurin Mair é autora de um estudo pioneiro, de 1974, sobre mulheres escravizadas na Jamaica. L. M. Mair, *A Historical Study of Women in Jamaica 1655-1844*; ver também L. M. Mair, "Women Field Workers in Jamaica During Slavery", em R. Terborg-Penn e A. B. Rushing (eds.), *Women in Africa and the African Diaspora*.
15. S. M. H. Camp, *Closer to Freedom: Enslaved Women and Everyday Resistance in the Plantation South*; "The Pleasures of Resistance. Enslaved Women and Body Politics in the Plantation South, 1830-1860", em E. Baptist e S. Camp (eds.), *New Studies in the History of American Slavery*, pp. 533-572.

Nas últimas décadas, têm sido examinadas as lógicas do tráfico atlântico, padrões de posse e políticas de domínio para entender a formação das famílias escravas. Emergiram, sobretudo, projetos, esperanças e recordações das comunidades de senzala. Este estudo de Lorena Telles amplifica esta tradição historiográfica, apresentando questões originais. Cotejando fontes diversas, ela adentra senzalas para localizar mulheres escravizadas, maternidades refeitas e corpos femininos redefinidos. Por meio de uma pesquisa primorosa, somos conduzidos a diversas aventuras, entre os ambientes dos partos, das alegrias, das dores, dos sofrimentos, dos choros de bebês recém-nascidos, das expectativas senhoriais, dos temores das crianças que poderiam ser abandonadas, dos saberes médicos, das terapias, das mortalidades infantis e das redes comunitárias em torno das senzalas.

FLAVIO GOMES
Universidade Federal do Rio de Janeiro



ISBN 978-65-5632-127-1



9 786556 321271